JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA — PODER LEGISLATIVO — INCONSTITUCIONALIDADE

Dispositivos consubstanciadores de inegável intromissão do Poder Legislativo nas atividades administrativas do Estado, com ostensiva ofensa ao princípio da separação dos Poderes.

Patente, portanto, não apenas a relevância dos fundamentos do pedido, mas também a conveniência para que seja, de logo, suspensa a eficácia dos dispositivos impugnados.

Cautelar deferida.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.703

Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina

Requerida: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Relator: Ministro ILMAR GALVÃO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por seu Tribunal Pleno, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir o pedido de medida cautelar, para suspender, até a decisão final da ação direta, a eficácia do inciso II do art. 10, da Lei nº 10.542, de 30/09/97, do Estado de Santa Catarina, e, por maioria de votos, o inciso IV do art. 10 da mesma lei, vencidos, na extensão do deferimento, os Srs. Ministro Ilmar Galvão (Relator), Maurício Corrêa, Sepúlveda Pertence e Néri da Silveira, que deferiam a suspensão de modo parcial, na conformidade do voto do Sr. Ministro Ilmar Galvão (Relator). Votou o Presidente.

Brasília, 27 de novembro de 1997.

CARLOS VELLOSO — PRESIDENTE
ILMAR GALVÃO — RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO — (Relator): O Governador do Estado de Santa Catarina propõe a presente ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de concessão de cautelar, visando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Estadual nº 10.542, de 30 de setembro de 1997, assim redigidos:

“Art. 10. A partir da publicação desta lei, dependerão de prévia e específica autorização legislativa:

(...)

II — as operações de recolhimento antecipado do ICMS com a concessão de desconto ao contribuinte ou responsável;

(...)

IV — vendas de ações de empresas públicas, sociedade de economia mista e instituições pertencentes ao sistema financeiro público do Estado de Santa Catarina.”

Alega, para tanto, ofensa aos arts. 2º, 25, 52, VII, 84, VI, e 173 da Constituição Federal. Esclarece que os dispositivos impugnados foram inseridos por meio de emenda ao projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, que objetivava autorização para contratar operação de crédito destinada a refinaranciar dívidas do Estado e prestar as necessárias garantias, tendo sofrido veto, por vício de inconstitucionalidade, que veio, todavia, a ser rejeitado pela Assembléia Legislativa.

Sustenta que a norma constante do inciso II, ao exigir prévia autorização legislativa para possibilitar o recolhimento antecipado do ICMS, mediante a concessão de desconto ao contribuinte — hipótese prevista no art. 160 do CTN — “viola o princípio do direito das obrigações que assegura ao devedor a faculdade de solver seu débito antes do vencimento da obrigação.”

Aduz que a necessidade de autorização legislativa específica para alienação de ações de sociedade de economia mista, empresas públicas e instituições pertencentes ao sistema financeiro público do Estado, constante do inciso IV, é inconstitucional, na medida em que invade competência do Chefe do Poder Executivo de “direção da administração estadual, de gestão da coisa pública e de ordenação da vida econômica do Estado.”

Alude que esta Corte, já se manifestou a respeito da matéria, nas ADIs 234 e 562, no sentido de que a autorização legislativa deve ocorrer “somente quando a alienação das ações implique transferência pelo Estado de direitos que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais.”

Salienta que a lei impôs ao executivo proibição de transferir à iniciativa privada atividade econômica indevidamente exercida pelo Estado, contrariando o art. 173 da CF, que estabeleceu as hipóteses de atuação estatal, somente admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

Por fim, fundamenta o requerimento de medida cautelar, ante a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, afirmando que Poder Executivo necessita de recursos para honrar seus compromissos, especialmente quanto à folha de pagamento dos servidores e ao décimo-terceiro salário, além dos demais programas de governo.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO — (Relator): Como se viu, a Lei catarinense nº 10.542/97 teve dois de seus incisos apodados de inconstitucionais na inicial.

O primeiro (inc. II) condiciona à autorização legislativa as operações de recolhimento antecipado do ICMS, com a concessão de desconto ao contribuinte ou responsável; e o segundo (inc. IV) submete à mesma exigência as vendas de ações de empresas públicas, sociedade de economia mista e instituições pertencentes ao sistema financeiro público estadual.

Acerca do primeiro, sustenta o Autor, como se viu, colidir ele com o Código Tributário Nacional, que prevê, no art. 160, a antecipação do pagamento de impostos; violando, ainda, o princípio que assegura ao devedor a faculdade de solver seu débito antes do vencimento da obrigação.

De acordo com o art. 160 do CTN “quando a legislação tributária não fixar o tempo de pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento”, aduzindo o parágrafo único que a “a legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.”

Ensina Aliomar Baleeiro (Dir. Brasileiro, 8ª Ed., p. 497) que, “em princípio, o legislador da pessoa de direito público competente para decretar ou cobrar o tributo fixa o vencimento do crédito tributário e estabelece se deverá ser pago de uma só ou em mais vezes, não raro deixando isso à opção do sujeito passivo, com descontos para o primeiro caso, ou sem

eles”, e que, no “*silêncio da legislação tributária (arts. 96 a 100), o vencimento ocorrerá dentro de 30 dias, contados daquele em que o sujeito passivo for notificado do lançamento.*”

Vê-se, pois, que o problema da antecipação de pagamento de impostos está ligado ao do vencimento do crédito tributário, ao qual, de resto, se acha vinculada a questão de descontos para a hipótese de pagamento antes do vencimento.

Sendo assim, não se poderia negar ao Poder Legislativo, a quem incumbe fixar o prazo de vencimento do tributo, a iniciativa de disciplinar as condições de antecipação de pagamento de impostos.

No presente caso, entretanto, o que fez o Poder Legislativo não foi estabelecer as regras da espécie, havendo-se, ao revés, reservado a atribuição de autorizar, de modo específico, as operações de recolhimento antecipado do ICMS mediante a concessão de desconto. A rigor, para cada adiantamento, uma lei.

Trata-se de disposição consubstanciadora de inegável intromissão nas atividades administrativas do Estado, com ostensiva ofensa ao princípio da separação dos Poderes.

Acresce que se trata de norma resultante de emenda do Poder Legislativo a projeto de lei, de iniciativa do Governador, que teve por objeto autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito destinada a refinanciar dívidas do Estado, em relação ao qual não guardava relação de pertinência, circunstância que autoriza a ilação de que padece ela, por igual, de inconstitucionalidade formal, por ofensa ao art. 61, § 1º, II, *b*, da Constituição Federal, por ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre matéria tributária.

No que concerne ao segundo dispositivo, condiciona ele as vendas de ações de empresas públicas e sociedades de economia mista à autorização, prévia e específica, do Poder Legislativo.

Trata-se de questão análoga à que foi apreciada pelo STF, na ADI 234, do Estado do Rio de Janeiro, na qual fora impugnado dispositivo da Constituição Estadual (art. 69),

segundo o qual “*as ações de sociedade de economia mista pertencentes ao Estado não poderão ser alienadas a qualquer título, sem autorização legislativa.*”

Decidiu, então, o STF, nos termos da ementa do acórdão, redigido por seu eminente Relator, Ministro Néri da Silveira, *verbis*:

“(…) 5. *Quando se pretende sujeitar à autorização legislativa a alienação de ações em sociedade de economia mista, importa ter presente que isso só se faz indispensável se, efetivamente, da operação resultar para o Estado a perda do controle acionário da entidade. Nesses limites, de tal modo, é que cumpre ter a validade da exigência de autorização legislativa prevista no art. 69, “caput”, da Constituição fluminense.*

6. *Julga-se, destarte, em parte, procedente, no ponto, a ação, para que se tenha como constitucional, apenas, essa interpretação do art. 69, “caput”, não sendo de exigir-se autorização legislativa se a alienação de ações não importar perda do controle acionário da sociedade de economia mista pelo Estado.*”

A decisão transcrita foi tomada por unanimidade.

Na verdade, as ações do Estado, em sociedade de economia mista estadual, são bens móveis que integram o patrimônio público. Sua alienação, salvo a observância de regras genéricas alusivas à venda de quaisquer bens públicos, como as que exigem avaliação prévia pública e licitação pública, constitui ato inerente à direção e funcionamento da Administração, que ocorrem, na esfera federal, sob a chefia do Presidente da República, e, nos Estados, do Governador.

A exigência de autorização, prévia e específica, do Poder Legislativo, para a alienação dos referidos bens, em princípio, não pode ser vista senão como uma interferência do Poder Legislativo na esfera de atribuições do Chefe do Poder Executivo, com ofensa ao princípio da separação dos Poderes. Soa como exigência intolerável dentro do sistema orgânico do Estado tal qual delineado pela Constituição brasileira, como intolerável se afiguraria a exigência de autorização legislativa para a alienação de móveis e utensílios, veículos,

semoventes e outros bens, considerada oportuna e conveniente pela Administração.

O mesmo não ocorre, entretanto, quando se trata de ações que asseguram o controle do Estado sobre as ditas entidades. Cuida-se de entes cuja criação a própria Constituição submeteu ao juízo de conveniência política do Poder Legislativo, ao condicioná-la à autorização contida em lei específica (art. 37, XIX), não sendo razoável enxergar-se inconstitucionalidade em norma que preveja autorização legislativa específica para sua privatização.

Fora de dúvida, portanto, que, também aqui, se impõe a dicção da única interpretação permitida ao texto sob exame, seja, a de que a autorização nele prevista somente há de ser exigida na hipótese de alienação do controle acionário da empresa estatal.

Patente, assim, não apenas a relevância dos fundamentos do pedido, mas também a conveniência para que seja, de logo, suspensa a eficácia dos dispositivos impugnados.

Meu voto, por isso, defere a cautelar para suspender a eficácia no art. 10 da Lei nº 10.542/97, do Estado de Santa Catarina: na íntegra, do inciso II, e, em parte, do inciso IV, dando-lhe interpretação conforme, segundo a qual, não terá ele aplicação às vendas de ações de entes estatais excedentes do mínimo indispensável ao exercício do controle do Estado sobre esses entes.

MEDIDA LIMINAR VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO — Senhor Presidente também penso que a matéria alusiva a incentivo — na verdade tem-se, no caso, um incentivo fiscal — deve ser disciplinada via ato normativo. Daí passar-se à exigência de autorização — o vocábulo pode ter sentido diverso que não seja aquele referente a uma norma específica, em sentido formal e material —, específica é um passo demasiadamente largo. Comungo com o Senhor Ministro-Relator. Na segunda parte, temos o precedente. Indagaria apenas se não seria interessante a abordagem quanto à especificidade, porque nele não chegamos à con-

clusão de que deve haver uma norma autorizando a alienação, especificamente, quanto a determinada empresa.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Sim, mas se vem um Estado e institui uma norma dessa natureza, não podemos dizer que é inconstitucional. Para criar cada uma é necessária uma lei específica. Segundo o legislador, para também alienar o controle acionário, há necessidade de uma autorização legal específica para cada uma.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO — Já decidimos que exige-se a lei para o programa de privatização.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Não é isso; decidimos que não decorria da Constituição a necessidade de autorização legal específica.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Não exigência constitucional, mas se o Poder Legislativo estabelece...

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Mas isso interfere no âmbito de disponibilidade do Poder Executivo.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — A meu ver, o que interfere no âmbito do Poder Legislativo é exigir que ele dê autorização genérica e não específica.

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Mas a autorização específica é que interfere.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Obrigar o Poder Legislativo a dar autorização genérica, nesse caso, acho que é interferência.

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Mas isso é função dele.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Se o Congresso Nacional houvesse imposto essa condição de examinar cada caso, acho que não se poderia dizer que tenha agido inconstitucionalmente, como, na verdade, aconteceu com os primeiros pedidos do Governo Congresso Nacional.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: A interferência seria legítima na medida que a alienação do controle implica desconstituição de uma sociedade de economia mista, como tal, pois se converte ela com a perda do controle estatal, numa sociedade privada.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — O art. 173 estabelece os casos em que o Estado deve participar de uma empresa. Ora, é um juízo político. Por que agora vamos admitir que esse juiz fique ao critério exclusivo do Chefe do Poder Executivo?

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — No caso, o problema é de criação.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Diz o art. 173 da Constituição:

“Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo...”

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Já discutimos isso; o problema aqui é para entrar.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Entendemos, é verdade, que a lei de autorização genérica não era inconstitucional. Mas, pergunto: onde está a inconstitucionalidade de, e um determinado Estado, se prescrever que, para vender o controle de uma empresa pública criada por lei, é necessária a autorização legislativa específica?

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Pergunta-se então: isso não interfere no poder de disponibilidade do Executivo?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Mas onde está na Constituição esse poder absoluto de disponibilidade do Poder Executivo sobre o patrimônio público?

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Esse é o problema do art. 2º. Onde está, na Constituição, a invasão de competência? Esta decorre da natureza mesmo do Poder. O Executivo tem o poder de alienação, pois não é ele mero administrador da República.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — O Poder Legislativo não pode exigir a indicação das empresas a serem privatizadas; ele não pode fazer essa exigência ao Presidente da República. Então, por que pedir autorização ao Poder Legislativo se ele não pode examinar quais as empresas a serem privatizadas?

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Isso é outro problema.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Mas é o caso aí de lei específica.

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Estamos dizendo que não pode ceder o controle acionário? Se não pode ceder o controle acionário, a empresa não está privatizada.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — No caso do Banco do Brasil, entendemos que se tratava de interesse coletivo e não autorizamos a privatização. Vamos autorizar caso por caso. Po que não? Então o Poder Legislativo é obrigado a dar um cheque em branco ao Presidente da República?

O SR. MINISTRO OCTÁVIO GALLOTTI — No caso anterior era a Constituição do Estado; aqui, é a lei ordinária que está criando uma competência legislativa.

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — É claro, porque isso não é competência do Legislativo.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — No caso, não é bem patrimonial, mas controle acionário. Trata-se de uma entidade privada, criada para atender a relevante interesse coletivo.

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Por isso é que exige lei para ser criada; agora, para ser extinta, não precisa de lei.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Sim, então a lei afirma “o relevante interesse coletivo” num dia para criar a empresa estatal e, no dia seguinte, o Governador simplesmente elimina o efeito da criação pela privatização do controle...

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — O problema da autorização na criação é por causa da intervenção no domínio econômico, mas para sair dessa intervenção, não é necessária autorização.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO — Penso que essa autorização não deve ser prévia para cada caso. Parece-me que se é o entendimento do Supremo Tribunal.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA: — Essa matéria foi, em linhas gerais, questão posta no julgamento da ADI referente à Constituição do Estado do Rio de Janeiro, onde se exigia sempre autorização legislativa para a simples venda de ações de empresas públicas e de sociedades de economia mista.

O Tribunal julgou a ação procedente, em parte, e deu uma interpretação ao art. 96 à Constituição fluminense.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO — No primeiro julgamento, consignamos a especificidade.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA: — Decidiu-se então, que a autorização legislativa se faria necessária sempre que a venda implicasse ceder o controle, isto é, sempre que ultrapassasse 50% das ações. Naquela oportunidade, o problema da lei específica para cada caso surgiu nos embargos de declaração interpostos atacando a proclamação da decisão. O Ministro Sepúlveda Pertence, então Presidente, proclamou a decisão, inserindo esse adjetivo “específico”, autorização específica sempre que importar em ceder o controle acionário. O Governador interpôs embargos de declaração, sustentando que o julgamento não tinha essa abrangência, isto é, que o Tribunal, quando discutiu e decidiu, não havia exigido lei específica, mas apenas genericamente a necessidade de autorização legislativa sobre a matéria. Na apreciação dos embargos, realmente se tornou claro que, naquele caso, não fora objeto de debate se a autorização deveria ser genérica ou específica para cada caso de privatização. Lembro que, no voto, fiz referência ao plano federal, esclarecendo que a Corte ainda não fora chamada a se pronunciar sobre a constitucionalidade ou não da Lei federal que estabelece programa genérico de privatização, com princípios gerais para tanto. Penso que, até agora, não houve nenhuma decisão do STF sobre a necessidade de autorização legal específica, para cada privatização. No caso do Rio de Janeiro, estabeleceu-se um limite: considerou-se que a autorização, em realidade, só seria necessária se a alienação de ações fosse de tal ordem que importasse em ceder controle acionário.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Nesse caso, o Governador está pleiteando apenas ficar exonerado da obrigação de pedir autorização para vender as ações excedentes; por isso, o meu voto foi restrito e não entrei nessa discussão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO — A matéria não está em jogo.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Não está em jogo saber se pode vender o controle acionário. Não há essa discussão.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA: — Mas a lei fala em autorização específica.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — O Governador está querendo coisa diversa; o Supremo Tribunal não é unânime nessa matéria.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA: — Mas aqui a norma não exige?

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Exige caso a caso.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Sim, mas a interpretação que se dá é para que o Governador possa vender as ações excedentes, ou seja, as que passam dos cinquenta por cento.

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Não podemos entrar na discussão de qual é o móvel do pedido de inconstitucionalidade. O problema é saber se pode, ou não, o Poder Legislativo exigir que haja autorização específica para a venda de cada sociedade ou empresa pública.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — O que está em jogo é saber se o Chefe do Executivo, querendo vender ações das empresas públicas, pode fazê-lo. Estou dizendo: são bens móveis e podem ser vendidos como quaisquer outros móveis, independentemente de autorização do Poder Legislativo. Essa é a interpretação que estou dando.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA: — Salvo se levar à perda do controle acionário.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO — Na ADI de que V. Exa. foi Relator, impugnava-se o art. 69 da Constituição do Rio de Janeiro, que dizia:

“Art. 69 — *As ações de sociedade de economia mista pertencentes ao Estado não poderão ser alienadas a qualquer título, sem expressa autorização legislativa.*”

O Tribunal entendeu que essa lei seria exigida se tratasse de venda do controle acionário e não se exigiu que fosse prévia e específica.

Parece-me que, em embargos de declaração, deixamos isso claro.

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — Teremos o seguinte problema: se o Governador quiser vender um lote de ações, terá de pedir autorização específica da Assembléia.

O SR. MINISTRO ILMAR, GALVÃO (RELATOR) — O dispositivo não admite essa interpretação.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO — Não quero entrar no mérito de ser a privatização boa ou ruim, certo é que a Constituição a permite. O Estado de Santa Catarina, para privatizar, vai depender de lei específica para cada empresa pública e para cada sociedade de economia mista. “A partir da publicação desta lei, dependerão de prévia e específica autorização legislativa. Venda de ações...”. O Supremo Tribunal entende que a interpretação conforme é essa. Se tratar de venda de controle acionário, ela é constitucional.

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES — A questão aqui é de venda de ações, podendo, portanto, ser de um lote de ações.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA: — O que se afirmou é que o Executivo pode vender ações desde que essa alienação não importe perda do controle acionário.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO — Para concluir o meu voto, confiro interpretação, afastando a necessidade de uma lei específica, que mencione, concretamente, a empresa a ser privatizada.

Concordo em parte com o Senhor Ministro-Relator. Vou além para afastar a possibilidade de se cogitar de uma lei específica, considerada uma determinada empresa.

Defiro a liminar.

É o meu voto.

VOTO (MEDIDA LIMINAR)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: — Sr. Presidente, minha posição é bastante conhecida.

Dispõe o art. 173 da Constituição:

“Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.”

O art. 37, XIX, da Constituição, coerentemente, estabelece:

“Art. 37 (...)

XIX — somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;”

Entendo que não é apenas para resguardar o mercado de concorrência estatal que aí se exigiu lei específica.

O pressuposto da criação da empresa estatal é sua a necessidade, para os imperativos da segurança nacional ou para relevante interesse coletivo. Vale dizer, na lei específica que autoriza a criação de uma empresa pública, há um juízo positivo da necessidade de intervenção estatal naquele setor da economia. E, se há exigência constitucional de lei afirmativa dessa necessidade pública, com todas as vênias, não consigo entender que, votada essa lei que pressupõe a necessidade de manter-se empresa pública nesse setor, possa o Executivo, no dia seguinte, valendo-se de uma norma geral reguladora de leilões de empresas estatais, simplesmente transformar em letra morta aquilo que ontem foi afirmado pelo órgão da representação popular, que, detém, conforme a Constituição, a competência para esse juízo positivo da necessidade de intervenção em cada caso.

Defiro parcialmente a liminar, apenas para, mediante interpretação conforme, deixar claro que não é venda de qualquer ação do capital das empresas do Estado, mas só a alienação do controle acionário que depende da lei específica de autorização.

VOTO PLENÁRIO

O SENHOR MINISTRO OCTÁVIO GALLOTTI — Sr. Presidente, tenho entendido que a autorização legislativa específica para a

venda de ações de sociedade de economia mista só é exigível nos casos de intervenção do domínio econômico, que são, segundo a Constituição, a exceção do nosso regime, e não nos casos de retirada dessa intervenção do domínio econômico.

Nessa última hipótese, a exigência de autorização legislativa, invade, segundo penso, a competência de natureza administrativa, própria do Poder Executivo.

Por essas razões, e com a devida vênia dos eminentes Ministros Relator e Sepúlveda Pertence, acompanho o voto do Ministro Marco Aurélio, deferindo a medida cautelar.

VOTO

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA: — Sr. Presidente. Meu voto acompanha o do eminente Ministro-Relator, que dá às normas impugnadas interpretação conforme, para exigir autorização legislativa tão-só quando a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista e instituições pertencentes ao sistema financeiro público do Estado importar perda do controle acionário por parte do Estado. Esta foi, exatamente, a orientação adotada pela Corte, ao examinar dispositivo da Constituição do Estado do Rio de Janeiro regulando matéria similar.

Defiro, em parte, o pedido.

VOTO

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO (Presidente): — Na ADI nº 234, do Rio de Janeiro, de que foi Relator o eminente Ministro Néri da Silveira, impugnou-se o art. 69 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que dispunha:

“Art. 69 — As ações de sociedade de economia mista pertencentes ao Estado não poderão ser alienadas a qualquer título, sem expressa autorização legislativa.”

Conferiu-se a esse dispositivo interpretação conforme a Constituição Federal, no seguinte sentido: exige-se lei, autorização legislativa, quando se tratar da venda do controle acioná-

rio da empresa pública ou sociedade de economia mista.

O Supremo Tribunal Federal, entretanto, naquele julgamento, não exigiu autorização legislativa prévia e específica para a venda do controle acionário de cada uma das empresas públicas ou sociedade de economia mista. Quer dizer, o Supremo Tribunal Federal jamais exigiu norma prévia e específica para a venda do controle acionário de uma empresa pública ou sociedade de economia mista; exige, sim, norma geral que estabeleça, por exemplo, um plano de privatização.

No julgamento das ADINs nºs 562 e 586 — privatização da Usiminas — e da 1.584 — privatização da Companhia Vale do Rio Doce —, o Supremo Tribunal Federal afastou a exigência da autorização legislativa prévia, específica.

Com essas breves considerações, peço licença ao Sr. Ministro-Relator para, acompanhando o voto do Sr. Ministro Marco Aurélio, que inaugurou a divergência, deferir a suspensão cautelar do inciso IV do art. 10 da Lei nº 10.548, de 1997, do Estado de Santa Catarina.

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1.703-5 — medida liminar

Proced.: Santa Catarina

Relator: Min. Ilmar Galvão

Repte.: Governador do Estado de Santa Catarina

Adv.: PGE-SC — Manoel Cordeiro Júnior

Reqda.: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Decisão: O Tribunal, por votação unânime, deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, até a decisão final da ação direta, a eficácia do inciso II do art. 10, da Lei nº 10.542, de 30/9/97, do Estado de Santa Catarina, e, por maioria de votos, o inciso IV do art. 10 da mesma lei, vencidos, na extensão do deferimento, os Srs. Ministros Ilmar Galvão (Relator), Maurício Corrêa, Sepúlveda Pertence e Néri da Silveira, que deferiam a suspensão de modo parcial, na conformidade do voto do Sr. Ministro Ilmar Galvão (Relator).

tor). Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Celso de Mello, Presidente, e Nelson Jobim. Presidiu o julga-

mento o Sr. Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Plenário, 27.11.97.